

Assim, com a crescente integração das "regiões" num mercado nacional⁷⁵, o Sudeste, especialmente o Estado de São Paulo⁷⁶, passa a ser a região da indústria; o Sul perde sua posição relativa no setor industrial, mas passa a se "especializar" no setor agrícola, visando inclusive a suprir o Sudeste; o Centro-Oeste passa a ser mais ocupado produtivamente, aumentando sua participação na renda agrícola e de serviços (que conheceu um aumento de 1,7% do total nacional em 1955 para 3,0% desse total em 1968, atribuíveis em grande parte à interiorização da Capital Federal); o Norte, apesar da rodovia Belém—Brasília, só começa a ser mais fortemente integrado na economia nacional a partir de 1970. Nas palavras de dois autores, temos:

O processo de redivisão, partindo da indústria do Sudeste, é amplo e atinge todas as regiões. Transfere e repassa tarefas agropecuárias para outras regiões, tais como o Nordeste e o Sul, cria uma outra região, como o Centro-Oeste, destrói numa primeira etapa ou reduz o crescimento da indústria no Sul e no Nordeste; apenas o Norte mantém-se relativamente imune aos seus efeitos, em virtude da inexistência de uma infra-estrutura de transporte que viabilize a integração (esse isolamento começa a ser rompido com a Belém—Brasília). O crescimento industrial do Sudeste cria e amplia a fronteira agrícola, reproduzindo, nas margens, formas de acumulação não inteiramente capitalísticas, das quais transfere excedente que vai reforçar a capacidade de acumulação no próprio Sudeste.⁷⁷

O período em que se deu a construção da nova Capital do Brasil, a segunda metade da década de 1950, representou, nesse processo de integração econômica do território nacional, um momento decisivo para sua consecução. Foi um período em que deixou de predominar, nessa articulação das diversas "economias regionais" no mercado nacional comandado pelo Sudeste, a "des-truição" parcial dos alicerces econômicos do Nordeste e do Sul (certas indústrias e atividades agrícolas), passando então a predominar a expansão de outras atividades nessas regiões, com vistas à divisão espacial do trabalho a nível nacional. O Sul, nessa década de 1950, conheceu uma enorme expansão agrícola, articulando-se, como "celeiro nacional", à economia do Sudeste. O Nordeste também conheceu, especialmente de 1955 a 1960, uma expansão agrícola; mas, nesse período, a tônica principal dessa região foi a "necessidade de planejamento", de correção do seu atraso frente ao Sudeste. O Centro-Oeste, como região, passa a ser criado nesse momento, e a construção de Brasília, juntamente com as rodovias que ligam essa cidade até os grandes centros urbanos do País, desempenhou um papel importante nesse processo.

De um lado, tratava-se de "corrigir os desequilíbrios regionais" através da intervenção do Estado, e, de outro lado, tratava-se de "conquistar os espaços vazios", de ocupar produtivamente e povoar o território sob o domínio desse Estado, visto genericamente como "Brasil". Em ambos os casos, todavia, tratava-se — ao nível do discurso ideológico — de integrar o país, da "integração nacional". Ademais, nesse momento assistia-se a uma crescente penetração do capital monopolista na economia industrial do Sudeste, juntamente com o alargamento das funções do Estado, que se torna "planificador".⁷⁸

Nesse sentido, Brasília representou uma nova Capital para um Estado Federal que se reestruturava, fortalecia-se frente aos poderes estaduais e municipais e voltava-se cada vez mais para a reprodução do capital na escala nacional.

4. O projeto de dominação do empresariado industrial

Esse engendramento do espaço geográfico brasileiro, com a correlata divisão territorial do trabalho a nível nacional, foi também — e em sua essência — o resultado de uma certa relação de dominação: trata-se de um projeto político do empresariado industrial, colocado de forma intensa em 1928, tendo se tornado vencedor nesse momento, e que conheceu um redirecionamento na segunda metade da década de 1950.

De fato, em 1927-28 havia em São Paulo um acirramento no processo de luta de classes, com várias propostas de "revolução" sendo colocadas na ordem do dia, por vários agentes — o BOC (Bloco Operário e Camponês), o PD (Partido Democrático) e os "tenentes".⁷⁹ Os vencedores desse processo de lutas, no exercício da dominação, buscaram apagar as memórias vencidas e reescrever a história, dando um significado unívoco para o termo "revolução" — que ele não possuía no momento de indeterminação, de outras histórias possíveis — e criando, nessa luta, a idéia de "Revolução de 1930".⁸⁰

Nesse contexto, como afirmou uma autora:

A periodização produz o lugar da história e, como ele, o da origem legitimada do poder vigente. "Revolução de 30" é um dispositivo ideológico para ocultar a luta de classes durante e após esse momento histórico, graças ao discurso, à prática e à memória do vencedor, elevados à condição de memória histórica. Esta generaliza o passado para toda a sociedade brasileira, for-

nenecendo a representação de uma "revolução" uma e única [...]. 1928 emerge como um momento histórico perdido porque nele uma outra história se anunciava como possível [...]. Na alhura de 28, escreve o autor [De Deccal], a burguesia industrial define uma estratégia que a faz passar da "guerra de posição" no interior do mundo fabril, para a "guerra de movimento" em direção à posse do aparelho de Estado. Para tanto, precisa elaborar um conjunto de crenças, valores e princípios válidos para toda a sociedade e, ao mesmo tempo, neutralizar não apenas seu adversário de classe, mas ainda as dissensões internas. Para o segundo problema, encontra a solução na criação do Ciesp, para o primeiro, a articulação entre um discurso da industrialização e um outro, do progresso nacional.⁸¹

Nesses termos, a criação do Ciesp em 1928 — e da Fiesp em 31 — insere-se no bojo de um projeto de reordenação do Estado, posto em prática pela burguesia industrial enraizada em São Paulo. Por um lado, tratava-se de aglutinar o empresariado — assim como os demais setores da classe dominante (especialmente os fazendeiros e os grandes comerciantes), mas sob a liderança dos industriais — frente ao espectro de uma revolução social conduzida por outras classes — o operariado e o campesinato. E isso num momento em que havia efetivamente um processo revolucionário em curso — sob a forma de conquistas democráticas — e várias propostas alternativas de reordenação societária. Por outro lado, tratava-se de promover uma reestruturação no aparato estatal, formulando o *tema da industrialização* como uma determinada direção política da burguesia industrial, com vistas a promover uma mobilização de toda a sociedade no sentido da "construção da Nação".⁸² A Nação seria um vir-a-ser que dependeria do "progresso", da "marcha da civilização", que por sua vez seria uma decorrência do desenvolvimento industrial.⁸³

Assim,

... O *tema da industrialização* se incorporava à luta de classes como uma proposta política que exigia o fechamento radical de todas as brechas pelas quais o proletariado penetrava na vida política institucional. Não era apenas a luta contra as leis sociais o objetivo político final da proposta da burguesia industrial; ela visava também a liquidação sistemática de toda a organização da classe operária — tanto dos seus sindicatos como de seu partido parlamentar [...]. Em outras palavras, o *tema da industrialização* liquidava de ponta a ponta a questão democrática posta pelo processo político, em 1928 [...]. A mudança na direção dos acontecimentos não só levou à liquidação progressiva do BOC, como colocou por terra toda a questão democrática que tinha na presença e na ação desse partido o seu eixo de definição.⁸⁴

Destarte, a implementação desse projeto de dominação do empresariado industrial acarretou uma reformulação no Estado. O Estado liberal das primeiras décadas do século tornou-se num Estado que intervém na economia, regulamenta a relação trabalhista, protege a atividade industrial, desfaz com mais intensidade os empecilhos físicos e fiscais que entravam o fluxo de mercadorias pelo território nacional.⁸⁵ Esse processo de reordenação estatal, iniciado em 1928, prossegue com o governo Getúlio Vargas, em especial após 1937.

A criação de uma legislação trabalhista é significativa a esse respeito, tendo representado uma profunda ruptura com o liberalismo e uma forma eficaz de disciplinar a força de trabalho para o capital. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado em novembro de 1930, as Juntas de Conciliação e Julgamento, surgidas em 32, a regulamentação do trabalho das mulheres e menores, também realizada em 32, a lei das férias, de 34, a carteira profissional para o trabalhador, tornada obrigatória em 32, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, representaram diversos momentos nessa edificação de uma legislação trabalhista corporativista, marca da derrota dos trabalhadores e de sua progressiva perda de autonomia.⁸⁶

É importante recordar ainda que já em 1931 houve uma regulamentação dos sindicatos (que eram criações espontâneas dos trabalhadores), atrelando-os ao Estado. Nesta criação expressa-se ainda a vitória daquele projeto de dominação:

O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especialmente a população que aflua às cidades, necessitava ser transformada em "exército de reserva" [...]. A legislação trabalhista *igualava reduzindo* — antes que incrementando — o preço da força de trabalho. Essa operação de *igualar pela base* reconverteria inclusive trabalhadores especializados à situação de não-qualificados, e impedia — ao contrário do que pensam muitos — a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho. Em outras palavras, se o salário fosse determinado por qualquer espécie de "mercado livre", na acepção da teoria da concorrência perfeita, é provável que ele subisse para algumas categorias operárias especializadas; a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um *denominador comum de todas as categorias*, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a. [...] o que se viu após a implantação da legislação trabalhista foi [...] que um tremendo impulso é transmitido à acumulação, caracterizando uma nova etapa de crescimento da economia brasileira.⁸⁷

Portanto, o (novo) Estado que se reestruturava a partir do final da década de 1920, que interviria mais fortemente na economia e nas relações de trabalho, que se tornava cada vez mais unitário no sentido de concentrar poderes no Governo Federal, entraguendo os estaduais e municipais, não foi obra do acaso ou de “necessidades internas de transformação” (do Estado), mas sim resultado de um processo de luta de classes onde um projeto de dominação da burguesia industrial tornou-se vitorioso.⁸⁸ E esse Estado reordenado pela práxis dessa burguesia enraizada em São Paulo envolve-se ativamente na construção do espaço nacional e na divisão territorial do trabalho a nível nacional, desfazendo as barreiras alfandegárias existentes entre os Estados (os impostos estaduais sobre as importações provenientes de outros Estados) e anulando a capacidade que cada Estado possuía de legislar sobre o comércio exterior.⁸⁹

Nesse mesmo sentido podem ser entendidas as medidas públicas destinadas a restringir a vinda de imigrantes: era um Estado que disciplinava a força de trabalho para o capital — daí a legislação trabalhista —, fazendo-o a nível nacional e não mais apenas ao nível das necessidades de mão-de-obra de uma “economia regional” (como fora o caso da imigração para a lavoura cafeeira); e a nível nacional havia grandes contingentes populacionais nordestinos em disponibilidade — seja devido ao declínio de atividades agrícolas (açúcar, algodão), seja pela falência e/ou estagnação de empresas industriais dessa “região” provocadas pela concorrência das mercadorias de São Paulo — que deviam ser colocados à disposição, como exército de reserva, para o parque industrial do Sudeste brasileiro.

Na década de 1950, em especial no período do governo JK, o projeto político da burguesia industrial coloca-se novamente na ordem do dia, devido tanto ao novo patamar atingido pelo processo de industrialização — e daí a ênfase agora nas indústrias de bens de produção e de bens de consumo duráveis — como ao recrudescimento das lutas sociais. Já em 1945, quando havia visíveis sinais que apontavam para a iminência do término do Estado Novo, o empresariado industrial revelava preocupações com o movimento operário.⁹⁰

E a “fase democrática” de 1946-64, apesar de, como já vimos, marcada por um certo autoritarismo arraigado no Estado e na sociedade como um todo, permitiu a coexistência de uma abertura política dirigida “pelo alto” com movimentos populares que visavam a ampliar o espaço da democracia. Todavia, houve nas organizações que falavam em nome da classe operária, nessa segunda metade da década de 1950, a forte presença de uma

ótica onde o inimigo principal seria o imperialismo, aliado do latifúndio, sendo a industrialização nacional encarada como progressista e desejável a qualquer custo.⁹¹ Isso estabeleceu pontos de contato cruciais entre o ideário do operariado e o projeto burguês, subordinando-se o primeiro ao segundo.⁹²

Ao longo dos anos JK a burguesia industrial agiu decidida e intencionalmente no sentido de implementar um arranque industrial que dissimilasse os conflitos sociais a partir da identificação entre industrialização e “bem coletivo da Nação”.⁹³ A Fiesp assume um papel de liderança nessa ação, procurando acordar o empresariado frente ao seu ideário, persuadindo as eventuais frações da classe que estivessem em desacordo e atuando no interior do aparelho de Estado, com vistas a bloquear ou aprovar determinados projetos de lei em tramitação.⁹⁴

Como ponto de partida da representação da realidade construída pela burguesia industrial, aparece a existência de uma “pobreza nacional” no Brasil, ou seja, uma pobreza (ou subdesenvolvimento) da *coletividade* vista como um todo harmônico, e não de classes ou segmentos da sociedade; e a panacéia para os corolários dessa “pobreza nacional” — quais sejam: o analfabetismo, a subnutrição, a baixa produtividade do sistema econômico em geral e as disparidades regionais — seria o desenvolvimento industrial, como aparece no editorial do *Boletim Informativo* n.º 316, de 24/10/55, da Fiesp:

A indústria nacional, cujo fortalecimento é condição básica e essencial de qualquer política de fortalecimento econômico, tem lutado bravamente para corresponder às esperanças do povo brasileiro e deve portanto merecer todo o apoio às suas legítimas reivindicações. Impossível dissociarem-se os interesses da indústria e do Brasil, sob pena de sacrificar-se ignominiosamente a Nação a interesses particularistas e egoístas que devem necessariamente situar-se em plano inferior.⁹⁵

Todavia, esse arranque industrial desejado deveria apoiar-se num esforço — levado a cabo pelo Estado — no sentido da implantação das indústrias de base.⁹⁶ Nesses termos, o *slogan* “Energia e transporte”, da campanha eleitoral de JK, foi bem visto pelos industriais; e o Plano de Metas recebeu deles o mais entusiástico apoio, como se observa no editorial do *Boletim Informativo* n.º 332, de 13/02/56:

Encontrou a melhor repercussão em São Paulo o plano de governo do Sr. Juscelino Kubitschek, nos termos em que foi anunciado em nota oficial sobre a reunião ministerial do primeiro dia deste mês. Não temos nenhuma restrição a fazer a esse plano, que cor-

responde plenamente aos princípios expostos pelo candidato em sua campanha eleitoral, e só esperamos que o governo da República, com o apoio da opinião pública, possa levá-lo a bom termo, passando tão logo quanto possível ao plano das realizações práticas, para o bem do nosso povo. As metas do plano [...] vêm ao encontro do que tem sido insistentemente proclamado e defendido pelas classes produtoras, o que se pode verificar pelo seu confronto com as conclusões e recomendações de conferências como a de Araxá e reuniões como a de Porto Alegre.⁹⁷

Partindo do pressuposto de que o capital é o fator fundamental para a industrialização e que ele é ainda escasso no Brasil, o empresariado industrial defende os investimentos estrangeiros no país, em especial nos setores em que as empresas nacionais são frágeis. Apregoando uma política de incentivos à vinda de capitais estrangeiros, desde que em igualdade de condições com os nacionais⁹⁸, a Fiesp condena o "nacionalismo exacerbado" daqueles que encaram isso como imperialismo e propõem a nacionalização das empresas estrangeiras:

Vou aproveitar a oportunidade para fazer declarações um pouco pesadas. Não sei se os companheiros estão acompanhando esse movimento, que vem recrudescendo de uns tempos a esta parte, por atos de elementos comunistas, no sentido de nacionalismo exacerbado. Isto já vem de há muito tempo. E faz poucos dias foi publicado um manifesto, que está em poder do nosso tesoureiro, no qual se prega abertamente a teoria marxista. Esse manifesto concita, ainda, todos os operários a lutarem pela encampação de todas as grandes empresas, como a Light, e companhias que exploram o comércio de gasolina. Iapós enfatizar que já se referiu a isso, num discurso pronunciado nessa Casa, numa solenidade que contou com a presença de várias altas autoridades militares, o autor prossegue] Nesse discurso, combatíamos diretamente o nacionalismo exacerbado, e defendíamos o nacionalismo puro, aquele que, realmente, se preocupa com o futuro da Nação e não cria embaraços ao capital estrangeiro que aqui vem também servir aos altos interesses da nossa Pátria [...].⁹⁹

O Nordeste, como "região-problema", é também objeto de preocupação da Fiesp. Em nome da "harmonia nacional", o empresariado paulista propõe a industrialização dessa região como solução para sua pobreza. Em sua percepção, o Nordeste é visto como um reservatório — recursos naturais, mão-de-obra, mercado de consumo — a ser aproveitado pela indústria de São Paulo em sua expansão.¹⁰⁰

Reafirma-se continuamente a expansão industrial, o crescimento econômico. Tudo o mais deve subordinar-se a esse escopo

fundamental. A preocupação com as condições de trabalho, com melhorias nos salários reais ou com a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas é vista como "demagogia" ou "populismo". Como afirmou o presidente da Fiesp em novembro de 1955, num discurso pronunciado em Porto Alegre durante a Segunda Reunião Plenária da Indústria, o importante é a acumulação e não a distribuição:

[...] somos ainda uma nação pobre, com uma renda *per capita* inferior 7 vezes à da Inglaterra e de 15 vezes à dos Estados Unidos. Nossa preocupação dominante, se queremos superar a fase de estrangulamento econômico a que chegamos, deve ser a de criar riquezas e nunca a de distribuir, de uma forma empírica e contrária ao mais elementar bom senso, aquilo que só existe em escala irrisória [...].¹⁰¹

O discurso empresarial opõe política a administração. A primeira é vista como "populismo", como prática irracional e nociva aos verdadeiros anseios da Nação, porque ligada a interesses particulares e mesquinhos. A segunda é tida como gestão racional da coisa pública, como planejamento, como prática descompromissada com interesses particulares e livre de injunções e conveniências. Assim, a nação deveria ser dirigida por um administrador, visto como técnico competente, e não por um político tradicional, que estaria ligado a interesses partidários, corrupção e preocupações demagógicas. Nesse sentido, para o bom governo seria importante um distanciamento frente às "pressões de grupos", à "política", para se administrar de forma racional, como se depreende deste editorial do *Boletim Informativo* de 15/10/58:

Anunciou-se [...] que o Presidente da República, profundamente impressionado com o descalabro e a deficiência administrativa de numerosas autarquias econômicas, está disposto a pôr um parêntese a esses desacertos. Em outras palavras, sentiu a necessidade de afastar a política de desses órgãos, entregando-lhes a direção a homens públicos que sejam em penhor de eficiência e de moralidade administrativa. Ao invés de órgãos atuando ao sabor de conveniências partidárias, teremos organismos integrados numa preocupação elevada de pôr ordem na administração federal [...]. Como se vê, são medidas indicativas de que estamos enveredando por rumos novos, extremamente promissores [...]. Antes das eleições de 3 de outubro, parecíamos condenados irremediavelmente ao regime de populismo mais desenfreado. Só poderiam aspirar ao comando dos postos administrativos e integrar os órgãos incumbidos da feitura das leis os candidatos que explorassem e alimentassem a mais desbragada demagogia eleitoral.¹⁰²

A ideologia nacional-desenvolvimentista expressa pelo discurso de JK reproduz admiravelmente certos temas e preocupações divulgados pelo ideário do empresariado industrial. A temática do discurso de JK se concentra em torno do desenvolvimento; visando a superar o subdesenvolvimento, a pobreza nacional, ele direciona seu governo no sentido da expansão econômica, tida como sinônimo de industrialização.¹⁰⁸ Já em sua primeira *Mensagem ao Congresso Nacional*, no início de 1956, quando define globalmente a política de seu governo "diante da crise que a nação atravessa", JK pensa numa ampliação do processo de industrialização (agora estimulando as indústrias de base e de bens de consumo duráveis) como o meio de o país alcançar sua "independência econômica"; isto é, a superação do subdesenvolvimento:

Accentua-se [...] a fase de transição de nossa economia, do estágio predominantemente agropecuário, para o estágio da industrialização intensiva, quando já se impõe evoluir da prática, quase exclusiva, das simples indústrias de transformação, para as indústrias de base, [devendo-se então] ampliar, estimular e fundar as indústrias que o Brasil necessita para sua completa e verdadeira libertação econômica: a indústria siderúrgica, a metalúrgica, a produção de cimento, a fabricação de fertilizantes, a mecânica pesada e a química de base, entre outras.¹⁰⁴

Essa prosperidade, ou desenvolvimento, a ser alcançada pelo País, contudo, deveria estar vinculada à ordem, ou seja: o "progresso dentro da ordem para garantir a ordem". O conceito central da ideologia desenvolvimentista, a "soberania nacional", em JK liga-se à ordem e ao desenvolvimento: frente a uma conjuntura internacional onde surgem "ambições expansionistas do comunismo", o Brasil alia-se ao "Ocidente democrático e cristão" como um dos seus baluartes; a soberania, a ser plenamente alcançada, dependeria da prosperidade (isto é, da industrialização nacional) dentro da ordem, ou seja, do capitalismo e do combate à subversão.¹⁰⁵

A prosperidade, então, é encarada também como profilaxia para os conflitos sociais e a subversão:

Estou certo [...] de que somente através do desenvolvimento econômico conseguiremos abrandar a insatisfação que estimula a luta de classes, criar condições de uma vida digna para todos os brasileiros, eliminar preconceitos que perturbam nossas relações com outros povos e atingir a segurança nacional em seu mais amplo sentido.¹⁰⁶

O Plano de Metas foi elaborado contando com uma participação estrangeira na ordem de 1/3 dos investimentos globais.

Atrair recursos externos, tanto sob a forma de empréstimos como de investimentos diretos, foi uma preocupação constante do governo JK. Numa *Mensagem ao Congresso Nacional*, de 1957, JK afirmou:

É condição de desenvolvimento que se elevem o nível de poupança interna e a absorção da poupança externa — representada por capitais estrangeiros — para que se intensifique o ritmo de investimentos produtivos.¹⁰⁷

Numa perspectiva de que "o verdadeiro nacionalista é aquele que procura apressar o desenvolvimento econômico, sem o qual a Nação continuará fraca e pobre", JK concilia o nacionalismo com o recurso aos capitais externos. Assim, o nacionalismo inteligente não se confunde com xenofobia ou nacionalismo emotivo; ou, em suas palavras, "o nacionalismo que se preza, o nacionalismo a favor e não contra a nação, precisa crer que ninguém é bastante forte para desviar o Brasil de seu caminho".¹⁰⁸

Em síntese, a ideologia nacional-desenvolvimentista de JK representou uma formulação voltada para o arranque industrial do país, para a aceleração da acumulação com ênfase na "manutenção da ordem", ou do sistema capitalista. Por esse motivo, são bastante adequadas as conclusões de uma autora a esse respeito:

[...] JK é muito mais um administrador que um estadista. A sua política é uma política de partido e de bastidores, em que o fato político nunca é problematizado em público, em que sua audiência é contemplada com a apresentação de cifras, obras e realizações, sempre trazidas para o plano do concreto e sempre que possível numa atitude marcadamente otimista. [...] Substituindo a necessidade de discussão política, o discurso juseleinista traz para a cena a imagem da riqueza, de progresso e de grandeza, com sua ênfase antes de tudo econômica. [...] Na verdade, o que ele deseja é criar uma aspiração nova dirigida para o aumento da prosperidade. Ou melhor, o que pretende é generalizar esta aspiração como uma necessidade. Para tanto se apóia, antes de tudo, na imagem de um futuro promissor que o País deverá encontrar por destino. [...] Com isto, a ideologia comprova a sua capacidade imensa de controle social. Transforma o objetivo de um grupo social restrito [...] em aspiração coletiva, em motivação nacional. [...] O presidente Kubitschek, como a expressão mais completa do desenvolvimento no Brasil da década de 1950, é sem dúvida e antes de tudo um homem da ordem. [...] o atraso do País e a pobreza de seu povo são devidos às forças políticas tradicionais, apegadas ao passado; o desenvolvimentismo, porém, surge como mensagem de forças novas, progressistas, que restabelecerão a justiça, promovendo a prosperidade — estritamente dentro da ordem. [...] Para a ideologia do desenvolvimentismo, portanto, o

clima de tolerância política não lhe é em nada essencial. A ordem, sim, esta o é. No desenvolvimentismo encontram justificação, assim, medidas de caráter autoritário quando o desenvolvimento ou a segurança o exigirem. 109

Fica difícil, nessas circunstâncias, deixar de concluir que o governo JK representou a implementação do projeto de industrialização (e, concomitantemente, de dominação) do empresariado industrial sediado principalmente em São Paulo 110, e que isso significou um redirecionamento daquele projeto tornado vitorioso em 1928. A supervalorização da atividade industrial como panaceia para os "males da nação", a ênfase na acumulação de riquezas em detrimento de sua distribuição, o crescimento da atuação do Estado como planejador e garantidor da infra-estrutura de base indispensável ao crescimento industrial, além de a eficiência administrativa ter-se erigido como critério do desempenho governamental, todas essas operações levadas a cabo pelo governo JK constituem aspectos basilares do ideário da burguesia industrial.

Mesmo na "solução" encontrada por esse governo para a "questão nordestina" ou dos "desequilíbrios regionais" — o planejamento regional, através da criação da Sudene —, percebe-se essa ligação com a racionalidade do empresariado industrial. A possibilidade de uma ruptura na "unidade nacional" através do crescente desnível entre o Centro-Sul e o Nordeste foi um dos argumentos utilizados para justificar a maior intervenção do Governo Federal naquela região. 111 E em nome da industrialização da região, a ser encetada pela iniciativa privada sob a coordenação do planejamento estatal, dever-se-ia abandonar toda "injunção político-partidária" em prol da racionalidade administrativa e técnica. 112

Essa ação coordenadora do planejamento público, que cria-ria a infra-estrutura e orientaria — via subsídios, política trabalhista e outras práticas — os investimentos privados no Nordeste, foi claramente pensada para a aceleração da acumulação, e nunca para melhorar os padrões salariais dos trabalhadores:

Comparando o nível dos preços dos alimentos no Recife e em São Paulo, chega-se à conclusão que o custo de vida para o operário é 25% mais alto na capital pernambucana do que no maior centro industrial do País. E essa diferença tende a acentuar-se. Em consequência, cada reajustamento do salário mínimo é prejudicial ao Nordeste. E o salário mínimo do Recife é, atualmente, apenas 25% inferior ao de São Paulo. Se prosseguirmos nesse caminho, acabaremos no Nordeste com um salário monetário mais alto que o sul do Brasil, o que eliminaria toda possibilidade de industrialização daquela região. 113

5. Brasília e o nacional-desenvolvimentismo

Durante o governo JK ocorreu o momento áureo do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), criado em julho de 1955 por Café Filho e extinto no início de abril de 1964 pelo governo Castelo Branco. 114 Foi o período em que esse instituto, que era subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, recebeu maiores verbas governamentais e promoveu o maior número de cursos, conferências, seminários de estudos, pesquisas etc., dos quais participaram representantes das Forças Armadas, do Conselho de Segurança Nacional, do Congresso Nacional e dos Ministérios, além de industriais, líderes sindicais, parlamentares estaduais, professores universitários etc. No período de 1956-60, portanto, o presidente J. Kubitschek dinamiza esse órgão com a finalidade de assessorar o seu governo na promoção do desenvolvimento nacional, definindo a tarefa do Iseb como sendo a de "formar uma mentalidade, um espírito, uma atmosfera de inteligência para o desenvolvimento". 115

Apesar de vincular-se ao Estado e de propor uma "racionalização da sociedade através do planejamento", com vistas a "supear o subdesenvolvimento nacional" através da expansão da "indústria brasileira" 116, o Iseb, em suas obras impressas, expriu-se freqüentemente por meio de uma retórica marxista e chegou a exercer alguma influência em organizações tidas como de esquerda na época. 117

Operando uma intervenção na concepção marxista de ideologia 118, os isebianos argumentaram que nas formações sociais subdesenvolvidas (ou "semicolônias") haveria a necessidade de *fortificar* uma ideologia desenvolvimentista; a partir da frase de Lênin: "não há movimento revolucionário sem teoria revolucionária", R. Corbisier afirmou que "não haverá desenvolvimento sem a formulação prévia de uma ideologia do desenvolvimento nacional". 119

Dentro de uma perspectiva de que num país semicolonial a "contradição principal" seria aquela representada pela oposição "nação/antinação" — sendo que o primeiro pólo seria composto pelos "setores produtivos das três classes sociais básicas que compõem a formação social brasileira: a burguesia, a classe média e o proletariado"; e o segundo pólo estaria representado pelos "setores improdutivos ou decadentes" dessas três classes, além do imperialismo e do latifúndio —, a ideologia nacional-desenvolvimentista do Iseb considerava as "outras contradições", as que não se enquadraram nessa oposição, como secundárias. 120

Assim, o procedimento tido como "historicamente viável" para o proletariado seria uma aliança com a "burguesia nacional"

com vistas à superação do subdesenvolvimento ou estágio semi-colonial, o que significaria a supressão do "domínio estrangeiro na nossa economia" e a construção de uma verdadeira nação.¹²¹ O conflito capital/trabalho, assim, ficaria postergado para o momento histórico em que o imperialismo estivesse vencido e a nação consolidada.

Nesse sentido, levando-se em conta o contexto histórico onde se forjou o desenvolvimentismo do Iseb — a aceleração na acumulação de capital com a intensificação na exploração da força de trabalho, que caracterizou os "cinquenta anos em cinco" —, pode-se endossar sem ressalvas a afirmativa de que esse discurso teria cumprido "a tarefa ideológica de inverter a realidade, fazendo com que o projeto de um grupo particular apareça como o projeto de todos".¹²² E, mais ainda, ao propor às classes populares o trabalho intenso em prol da "independência nacional", esse discurso teve um "papel de legitimar o progresso econômico, convencendo o trabalhador a fazer de sua existência trabalho e só trabalho, fazendo-o crer que sua sujeição fosse liberdade, integrando-o ao capitalismo".¹²³

Essa supervalorização da Nação e do planejamento estatal, juntamente com a identificação entre industrialização e "construção da Nação", acabou por conduzir o pensamento isebiano até a geopolítica, através da preocupação com a "segurança nacional". O teor dessa preocupação é perceptível nestes significativos trechos de uma obra isebiana:

Tendo-se formado um capitalismo brasileiro, a segurança nacional terá de ser uma peça na política de defesa desse capitalismo. O nosso capitalismo realiza-se, basicamente, na forma de um processo de industrialização e seus beneficiários não são apenas os donos dos bens de produção, mas o povo brasileiro em geral. Mais uma vez desejamos referir-nos a Clausewitz. Como teórico e general, os seus trabalhos ganharam o teor concreto que se lhe reconhece, principalmente porque soube compreender que a função histórica das Forças Armadas da Nação alemã só poderia ser a de servir aos interesses do capitalismo nacional de sua pátria [...].] do ponto de vista da revolução burguesa alemã [...].] A nossa segurança nacional não é a de um país economicamente amorfoso ou abstrato, mas a de um país que iniciou sua revolução burguesa. Por conseguinte, se é inevitável que a segurança nacional tenha uma ideologia, essa ideologia só pode ser a da revolução industrial brasileira em processo [...].] Integrando-se na política geral de defesa do nosso processo de industrialização, incumbem-se à segurança nacional participar do combate aos fatores internos e externos que o ameaçam.¹²⁴

Dessa forma, nada mais natural que a defesa da interiorização da Capital Federal, expressa em alguns autores isebianos com argumentos que muito devem ao discurso geopolítico brasileiro. É que este, no Brasil, já era uma tradição e uma racionalidade, que se encontram com o pensamento isebiano, que nelas se afunda. No mais importante texto que o Iseb produziu a respeito de Brasília, pode-se perceber a identificação entre o Brasil e o território, entre o País e o contorno que figura nos mapas:

Se contemplarmos o mapa do Brasil, é realmente chocante o contraste entre o litoral, onde se concentram quase toda a população e os centros produtores do País, e o interior, que se desdobra em infindáveis extensões desertas, nos chapadões, algadiços e pântanos da região central e na impenetrável floresta equatorial do Mato Grosso e da região amazônica [...].] É chocante, dizíamos, o contraste entre o litoral e o Interior, que ainda permanece vazio e deserto. Mais do que uma simples impressão, os números nos revelam o tremendo desequilíbrio entre a periferia e o centro do País.¹²⁵

E a nova Capital é vista como uma síntese do "novo Brasil" que surgiria com o desenvolvimento industrial e a "construção da Nação", como se segue no mesmo texto:

Todas as grandes culturas e civilizações que conhecemos encontramos, por assim dizer, seu arremate e seu coroamento na construção da Metrópole, da grande capital. Concentração de espírito e de consciência, centro de decisão e de comando, ponto de convergência e instância modeladora e pedagógica, as grandes capitais sempre foram o arremate e a síntese das suas culturas [...].] Na velha Capital, para a maior parte da população, a vida é áspere e penosa. E dentro da cidade, subindo pelos morros, como se fossem aldeias primitivas, as favelas, cuja população foi calculada em 600 000 pessoas, constituem um problema [...].] A mercê dos grupos de pressão que têm acesso à opinião pública e a controlam, o Governo Federal, cuja localização deveria ser o centro do território nacional, o ponto de interseção de todos os interesses do País, é inevitavelmente envolvido pelos problemas locais [...].] Ao transferirmos, por força do desenvolvimento econômico, da política de clientela para a política ideológica, do Estado cartorial para o Estado que chamamos de funcional, não poderíamos conservar a Capital na cidade em que se encontra há duzentos anos, porque tal localização corresponde a uma fase de nossa evolução histórica que se tornou impetuoso ultrapasसर [...].] Desembarracado das injunções municipais, da inféncia da máquina burocrática secularmente esclerosada, das solicitações de emprego, da pressão dos grupos econômicos e da imprensa a serviço desses grupos, longe da demagogia e da agitação local, o Poder Central

encontrará, na Capital interiorizada, condições materiais que lhe permitirão funcionar efetivamente como Poder Central, recuperando a perspectiva justa do interesse nacional [...]. Na hora matutina em que assistimos ao nascimento da Nação [...].] celebremos o privilégio de sermos os contemporâneos da epopéia de Brasília, a flor do deserto, a Capital do futuro e da esperança.¹²⁶

Ou seja, Brasília simbolizou na ideologia nacional-desenvolvimentista o "futuro do Brasil", o arremate e a obra monumental da nação a ser construída pela industrialização coordenada pelo Estado planejador, pela ação das "forças do progresso" (aquelas voltadas para o desenvolvimento do "capitalismo nacional"), que paulatinamente iriam derrotar as "forças do atraso" (o imperialismo, o latifúndio e a política tradicional, demagógica e "populista").

Localizada no "coração do Brasil", no "centro geográfico" (ou "centro geopolítico", como aparece em inúmeras obras) do País, em oposição à velha Capital litorânea, símbolo da "nossa dependência econômica em relação aos centros mundiais do capitalismo" e da política tradicional e corrupta, Brasília seria o exemplo meridiano da "nova civilização" que se gestava, do Estado funcional e planejador, voltado apenas para os "verdadeiros anseios da Nação" e isento de politicagem e corrupção.

Em suma, Brasília seria a "Capital da esperança" ou do futuro tido como desejável e quase inevitável — aquele da nação consolidada pela expansão da indústria, com a racionalidade técnica e administrativa tendo penetrado em todos os poros da sociedade e do Estado, eliminando os "grupos de pressão", os "interesses particulares e mesquinhos", o "populismo", as "forças antinacionais", e promovendo o planejamento, os planos concebidos com base no "rigor do conhecimento científico" e elaborados por técnicos e intelectuais competentes.

Nessas condições, com a implantação de Brasília sendo encarada como protótipo do planejamento científico — tanto a nível de síntese do Plano de Metas e do nacional-desenvolvimentismo quanto pelo "caráter revolucionário" de seu plano urbanístico e da arquitetura de seus edifícios —, e sendo o planejamento, feito nos moldes técnicos e científicos adequados, tido como progressista por definição (afinal, a "verdadeira ciência" seria sempre "revolucionária", isto é, condizente com o "sentido da história"), é fácil de compreender por que qualquer crítica a esse ato era tida como "obscurantista" e "reacionária". Quer fossem os reclusos de trabalhadores das obras de edificação da cidade, quer fossem denúncias parlamentares sobre favorecimentos e outras irregularidades na construção de Brasília, ou ainda quaisquer obje-

ções à transferência da Capital Federal para o "sertão despovoado", todas as formas de crítica eram identificadas às "forças retrógradas", aos "inimigos da Pátria".

É impressionante como nesse ponto — bem como em alguns outros — convergiram o projeto do empresário industrial, as ideologias nacional-desenvolvimentistas de JK e dos isebianos, o pensamento geopolítico e até mesmo a "teoria da revolução brasileira" seguida por determinadas organizações consideradas de esquerda.¹²⁷ A implantação de uma nova Capital no planalto Goiano simbolizou para todas essas perspectivas uma alteração no Estado, que se tornaria mais "técnico" e planejador. A administração era vista como modernização da política. Os "grupos de pressão", os "interesses particulares", as "injunções político-partidárias", a democracia enfim, eram encarados como irracionalidade, como prática a ser substituída pelo governo distanciado das aglomerações, das "pressões sociais", e norteado pelos planos a serem rigidamente implementados. O País, o "Brasil", era interpretado como "comunidade" genérica, sem contradições antagônicas inerentes (as "forças retrógradas" representariam interesses "antinacionais", estando portanto excluídas do "verdadeiro Brasil"), e sua expressão mais profunda ou "natural" encontrar-se-ia no território. E esse imenso território — a "melhor herança doada pelos nossos antepassados", com sua integridade sendo vista até como "unidade nacional" — deveria ser convenientemente ocupada, seja para consolidarmos nossas fronteiras e ocuparmos nossa *heartland* (como no discurso geopolítico), seja para expandirmos o "capitalismo nacional", transformando a natureza primitiva em segunda natureza, em mercadoria (como nos demais discursos).

A natureza autoritária desses argumentos que justificaram a interiorização da Capital Federal nos parece por demais evidente. Mesmo tendo sido engendrados num período em que, bem ou mal, houve a vigência de determinadas liberdades democráticas, eles de fato apontam para a emergência de um Estado autoritário, fortemente centralizado e distante dos reclamos populares, para um Estado planejador, que concentre recursos em escala gigantesca, que acelere a industrialização, que corrija os "desequilíbrios regionais", que direcione a fixação "correta" da população no território etc., e tudo isso a partir de uma racionalidade técnica e administrativa. Brasília como nova Capital Federal simbolizou, nesses argumentos, o fim da política e da história como luta de classes, com a inauguração do planejamento do social e da história como operacionalização de planos racionais gerados no seio do Estado.

Dessa forma, a construção de Brasília ajusta-se admiravelmente à tendência — existente desde o final da década de 1920 — de concentração de poderes no Governo Federal, em detrimento dos Estados e municípios, e também ao autoritarismo estatal que apareceu sem disfarces no Estado Novo e no regime pós-64 e que persistiu, mesmo com nuances e em menor grau, na “fase democrática” de 1946 a 1964. E ajusta-se ainda às grandes realizações do governo JK: o Plano de Metas, o arranque industrial com a superexploração da força de trabalho, o recurso aos investimentos estrangeiros, a ênfase na acumulação em detrimento da distribuição, a preocupação com a segurança acima do bem-estar social, a criação da Sudene e a valorização da eficiência administrativa no ato de governar.

Isso posto, só poderiam causar estranheza as afirmativas de um autor — e isso já em 1978 — segundo as quais:

As demais metas pertenciam, em seu programa de governo — por isso elaboradas por tecnocratas intimamente ligados ao imperialismo —, aos seus compromissos, laços, dependências políticas. Mas a construção de Brasília, ao contrário, era a sua [de JK] meta. Deixou aos executantes, por isso, o andamento daquelas e reservou para si próprio, zelosamente, o esforço para a realização daquela que em sua intuição colocara como a que fixaria o seu nome [...]. O governo de Juscelino Kubitschek estava atolado no passado e Brasília era a sua face voltada para o futuro. 128

A fragilidade desses argumentos é tamanha que se torna dispensável comentá-los; eles foram apresentados apenas para mostrar o grau de comprometimento de uma certa ideologia nacionalista — e convém recordar que o autor dessa obra foi membro do Iseb, e que ela foi escrita para “destacar as grandezas” do arquiteto que projetou grande parte dos edifícios de Brasília — com a nova capital, mesmo quando em desacordo com outros aspectos do governo JK.

Bem mais perspicazes e adequadas são as frases de uma autora que analisou o período sob o prisma do pensamento isebiano:

O processo de mudança social a que esteve vinculado o Iseb se cumpriu com o desenvolvimento econômico realizado durante um período de “liberdades democráticas”, no interior do qual se gestou, contudo, a figura de um Estado autoritário, firmado sobre a centralização das decisões e no planejamento econômico, no crescimento e fortalecimento de uma burocracia tecnocrata, na acentuação do sentimento nacionalista [...]. Uma vez aparelhado um Estado forte e comprometido com o *status quo* onde estavam garantidas

pelo menos as instituições e as liberdades burguesas — o paraíso dos direitos do homem —, ficou muito difícil limitar o seu poder e sua atividade, ganhando ele certa autonomia para realizar indistintamente os fins da classe dominante, que o sustentou na forma em que aí está. 129

Nesse sentido, a nova Capital foi (e é) bastante adequada para o Estado forte e descompromissado com as garantias democráticas, o Estado da “segurança nacional”, da “teoria do bolo” e do “milagre econômico”. Uma vez consolidado, esse Estado pôde dispensar seus incômodos aliados de então, os que falavam em nome da “revolução burguesa” ou do “nacionalismo socialista”, e ficar apenas com a geopolítica e com o discurso (e os interesses) do empresariado industrial. E o Estado da geopolítica encontrou em Brasília a sua Capital ideal, a Capital que lhe permite com mais facilidades pressionar o Congresso, impor leis e atos institucionais, evitar pressões populares no sentido de aprovar (ou recusar) leis, de manifestar-se frente a decisões do Judiciário ou do Executivo etc. É a Capital do isolamento dos governantes, da “segurança nacional” entendida como segurança do Estado forte e autoritário.